

Ata de Reunião (Nº 362)

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, realizou-se Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos membros titulares: Adriana Rambaio Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV III, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Giuliano Cléber Coltro (CP RPPS CODEL I), Estevan Pietro, Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS CODEL II) e Mário José Piccarelli de Castro (ANBIMA CPA-20, CP RPPS CGINV I e CP RPPS DIRIG I - suplente no exercício da titularidade). Participaram os membros suplentes: Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I) e Rosycarmen Pontes Gestal Alvares (CP RPPS CODEL I). Ainda, participaram da reunião o Diretor Superintendente, Coronel Miguel Elias Daffara (CP RPPS DIRIG I) e o Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I, CP RPPS CODEL II, CP RPPS COFIS II e CP RPPS DIRIG III. Justificou sua ausência antecipadamente: Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II). **A reunião contou com a seguinte pauta: I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. 1.2) Palavra da Presidência. 1.3) Palavra da Superintendência/Diretoria. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atos Ordinatórios: 2.1) Votação das Atas das Reuniões Anteriores (Ata 359); 2.2) Informações sobre cursos: 2.2.1) Cursos EAD e presenciais disponíveis: 2.2.1.1) Plataforma de Cursos da ABCPREV, acessível em <https://abcprev.eadplataforma.app/>; 2.2.1.2) Eventos Previdenciários presenciais (de assuntos gerais) já anunciados e confirmados: 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM – Campos do Jordão – SP – 08 a 10 de abril de 2025.; III – Ordem da Pauta do dia: 3.1) Apreciação e deliberação sobre a 1ª Alteração da Política de Investimentos para o exercício de 2026; 3.2. Apreciação e deliberação sobre a 1ª Alteração da Política de Gestão de Riscos para o exercício de 2026; 3.3. Apreciação e deliberação sobre a 2ª Revisão do Planejamento Estratégico (2024-2028) e apreciação do cumprimento das ações em 2025; 3.4. Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Municipal de Previdência relativo ao exercício de 2025; 3.5. Apresentação e deliberação sobre o Relatório de Atividades da Ouvidoria da RIOPRETOPREV relativo ao exercício de 2025; 3.6. Apreciação e deliberação sobre o Balancete Contábil de novembro de 2025; 3.7. Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Investimentos de novembro de 2025; 3.8. Referendo das decisões do Comitê de Investimentos relativas ao mês de dezembro de 2025.** A reunião teve início com a verificado do quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente, Adriano Antônio Pazianoto, não fez uso da palavra e passou-a ao Diretor-Superintendente. Com a anuência do Presidente do Conselho, o Diretor-Superintendente Cel. Miguel Elias Daffara saudou os membros do Conselho Municipal de Previdência, desejando a todos um

RIOPRETOPREV – Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto

Rua General Glicério, 3553 – Centro - CEP 15015-400 - São José do Rio Preto – SP - Telefone (17) 3222 7445

E-mail: contato@riopretoprev.sp.gov.br - <https://www.riopreto.sp.gov.br/conselhos/conselho-municipal-de-previdencia>

40 bom exercício de 2026, e informou que a equipe da RioPretoPrev já iniciou os trabalhos
41 para o novo ano. Destacou que, em 18 de dezembro do ano anterior, o Conselho Monetário
42 Nacional publicou nova resolução que revogou a Resolução nº 4.963, passando a vigorar a
43 Resolução nº 5.272, a qual trouxe impacto significativo aos Regimes Próprios de
44 Previdência Social – RPPS. Ressaltou que, nos termos da Lei nº 9.717/1998, os RPPS estão
45 obrigados a observar as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional. Esclareceu
46 que a nova resolução trouxe tratamento diferenciado, favorecendo os RPPS que possuem
47 Pró-Gestão nos níveis 3 e 4, ao passo que impôs maiores restrições àqueles sem certificação
48 ou enquadrados nos níveis 1 e 2. Diante desse novo cenário normativo, ressaltou a
49 necessidade de revisão da Política de Investimentos, de modo a adequá-la às disposições da
50 Resolução nº 5.272. Ainda que não constasse formalmente como item de pauta, registrou
51 com satisfação que a RioPretoPrev atingiu e superou a meta atuarial de 2025, fixada em
52 IPCA + 5,24%, resultado que demonstra a correção das estratégias adotadas, a adequação
53 das ferramentas utilizadas e a assertividade da consultoria contratada. Informou, contudo,
54 que a meta atuarial foi elevada para 2026, reforçando a importância da atualização das regras
55 de investimento. Por fim, enfatizou que os recursos previdenciários dos servidores públicos
56 devem ser aplicados com responsabilidade e segurança, razão pela qual o Presidente do
57 Conselho abordaria, na sequência, a necessidade de revisão da Política de Investimentos à
58 luz da nova resolução do Conselho Monetário Nacional, destacando que o próximo
59 período demandará intenso trabalho técnico e contínuo aprendizado, agradecendo a todos
60 pela atenção. O Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo cumprimentou os conselheiros,
61 desejando a todos um excelente exercício e colocando a Diretoria da Autarquia à disposição
62 para quaisquer esclarecimentos ou demandas que se façam necessários ao longo dos
63 trabalhos do Conselho. Por fim, desejou uma boa reunião a todos e agradeceu. Encerradas
64 as manifestações da Superintendência e da Diretoria, o Presidente do Conselho, Adriano
65 Antônio Pazianoto, declarou aberta a palavra aos membros do Conselho, informando que
66 cada conselheiro disporia de até cinco minutos para se manifestar, conforme a ordem de
67 solicitação. A Conselheira Silvana Aparecida da Rocha Delfino relatou sua participação,
68 juntamente com outros conselheiros, no Congresso realizado em Recife, destacando que o
69 evento proporcionou importante espaço de troca de experiências entre representantes de
70 diversos RPPS. Ressaltou que, diante dos relatos apresentados por outros conselhos,
71 muitos deles enfrentando graves dificuldades de gestão e governança, os conselheiros da
72 RioPretoPrev sentiram-se orgulhosos do nível de organização, transparência e controle
73 alcançado pelo Instituto, especialmente no que se refere ao Pró-Gestão, reconhecido
74 nacionalmente como instrumento de qualificação e segurança dos RPPS. Destacou que,
75 enquanto muitos regimes ainda buscam alcançar os níveis iniciais da certificação, a
76 RioPretoPrev já se encontra em patamar elevado, o que foi amplamente reconhecido no
77 evento. Enfatizou, ainda, a relevância do Comitê de Investimentos, ressaltando que, em
78 contraste com experiências negativas relatadas por outros regimes, inclusive envolvendo

79 perdas significativas de recursos, a RioPretoPrev mantém uma atuação técnica, responsável
80 e segura, o que reforça a confiança na gestão dos investimentos. No tocante à reforma
81 previdenciária, observou que o modelo adotado pelo Município foi bastante diferenciado
82 em relação a outras experiências apresentadas no Congresso, uma das reformas mais
83 equilibradas, ainda que reconheça não se tratar de medida confortável para os servidores.
84 Destacou que, em diversos casos relatados, as reformas implementadas beneficiaram
85 predominantemente o ente federativo, em detrimento dos servidores, o que gerou forte
86 resistência social. A Conselheira também destacou a evolução das certificações dos
87 conselheiros, ressaltando a implantação do modelo modular de capacitação, considerado
88 mais didático e aprofundado do que os cursos concentrados, permitindo maior domínio
89 técnico dos temas previdenciários e qualificando o exercício da função de conselheiro. Por
90 fim, registrou a importância do custeio da participação dos conselheiros em eventos
91 técnicos, ressaltando que tal investimento contribui diretamente para o aprimoramento das
92 discussões e deliberações do Conselho. Comentou, ainda, as dificuldades logísticas
93 enfrentadas na viagem, sugerindo maior planejamento para eventos futuros realizados em
94 localidades mais distantes, sem prejuízo da avaliação positiva quanto ao conteúdo e aos
95 resultados obtidos no Congresso. Encerrando sua manifestação, agradeceu a oportunidade
96 de participação e colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais,
97 mencionando que relatório sintético do evento foi oportunamente encaminhado para que
98 seja compartilhado aos demais conselheiros. O Conselheiro Giuliano Cléber Coltro iniciou
99 sua manifestação desejando a todos um excelente ano, justificando que não pôde fazê-lo
100 na reunião anterior por ausência. Comentou, de forma solidária, as dificuldades logísticas
101 enfrentadas pelos conselheiros na participação em eventos externos, ressaltando que
102 situações dessa natureza, embora desgastantes, acabam ocorrendo, especialmente em razão
103 de fatores externos, como condições climáticas. Na sequência, abordou a temática da
104 reforma previdenciária, destacando que, embora seja comum a percepção de que reformas
105 impactam negativamente os servidores, é necessário reconhecer a responsabilidade
106 institucional da administração na adoção de medidas que assegurem a sustentabilidade do
107 regime, ainda que nem sempre tragam benefícios imediatos ou diretos aos segurados. Por
108 fim, apresentou sugestão de aprimoramento nos canais de atendimento da Autarquia,
109 relatando que identificou situações em que servidores recorrem à Ouvidoria para tratar de
110 dúvidas simples, por desconhecimento do canal adequado. Pontuou que tal situação pode
111 gerar sobrecarga desnecessária à Ouvidoria e sugeriu que sejam adotadas medidas de
112 orientação e esclarecimento aos servidores quanto ao uso correto dos canais disponíveis.
113 Encerrando sua manifestação, agradeceu a atenção de todos. O Presidente do Conselho,
114 Adriano Antônio Pazianoto, questionou se havia mais algum conselheiro interessado em
115 fazer uso da palavra e, não havendo manifestações, informou que compartilharia a tela para
116 dar prosseguimento à pauta. Esclareceu que há um pequeno atraso na produção das atas,
117 em razão do período de férias de servidores, sendo possível, para a presente reunião, a

118 apreciação da Ata nº 359, referente à reunião realizada no mês de novembro. Informou que
119 as atas relativas ao mês de dezembro ainda se encontram em fase de finalização. Indagou
120 aos conselheiros se todos tiveram tempo hábil para a leitura da Ata nº 359 e se havia
121 sugestões de alteração. Como não houve manifestações, colocou a ata em votação,
122 esclarecendo que, não havendo votos contrários, ela seria considerada aprovada. Não
123 havendo oposição, **restou aprovada, por unanimidade, a Ata nº 359.** Na sequência,
124 prestou informes sobre eventos e capacitações, destacando o Congresso da APEPREM, a
125 ser realizado em Campos do Jordão, informando que o ônibus disponibilizado para a região
126 já se encontra com a capacidade máxima preenchida. Informou que, até o momento, seis
127 conselheiros de São José do Rio Preto manifestaram interesse e tiveram suas vagas
128 reservadas. Comunicou, ainda, que futuramente serão divulgadas informações sobre o
129 Congresso a ser realizado em Águas de Lindóia, previsto para os meses de julho ou agosto,
130 evento com enfoque mais jurídico e financeiro, também considerado relevante para os
131 conselheiros, havendo a possibilidade de disponibilização de transporte coletivo para a
132 região. Por fim, informou que a administração estuda, sempre que viável, a possibilidade
133 de deslocamento dos conselheiros com antecedência, inclusive no dia anterior ao evento,
134 especialmente em períodos críticos, como o final do ano e épocas de maior incidência de
135 chuvas, a fim de minimizar transtornos logísticos. Ressaltou, ainda, que tem priorizado
136 eventos realizados no Estado de São Paulo, considerando as dificuldades operacionais
137 relacionadas a voos a partir do município. A Conselheira Silvana Aparecida da Rocha
138 Delfino complementou os informes relativos à participação em eventos, registrando que,
139 em reuniões anteriores, e também na presente oportunidade, houve consenso entre os
140 conselheiros, inclusive entre os novos membros, quanto à conveniência de antecipar o
141 deslocamento para eventos realizados em localidades mais distantes. Destacou que, diante
142 das recorrentes dificuldades operacionais do aeroporto de São José do Rio Preto,
143 especialmente em situações climáticas adversas, considera-se razoável a alternativa de
144 deslocamento terrestre até a cidade de São Paulo, com posterior conexão aérea a partir da
145 capital, preferencialmente com saída no dia anterior ao evento. Relatou que, em
146 experiências recentes, cancelamentos de voos a partir de São José do Rio Preto geraram
147 efeito cascata, ocasionando atrasos e transtornos significativos, enquanto voos partindo de
148 São Paulo permaneceram, em sua maioria, operando regularmente. Ressaltou, assim, que a
149 adoção desse modelo de deslocamento pode contribuir para maior segurança logística e
150 redução de imprevistos, manifestando concordância dos conselheiros quanto a essa
151 possibilidade para eventos futuros realizados em locais mais distantes. O Presidente do
152 Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, confirmou as observações apresentadas pela
153 Conselheira Silvana, informando que a administração já está avaliando alternativas para
154 minimizar ou evitar transtornos logísticos em deslocamentos futuros, buscando reduzir a
155 probabilidade de ocorrência de situações semelhantes às vivenciadas anteriormente. Na
156 sequência, complementou com informe relativo à capacitação dos conselheiros,

157 esclarecendo que, no início do exercício, serão contatados os conselheiros que
158 manifestaram, no ano anterior, interesse em aperfeiçoamento ou upgrade de certificação.
159 Informou que a Autarquia pretende contratar curso de formação, nos moldes do modelo
160 citado pela Conselheira Silvana, e que será realizada nova pesquisa de mercado com o
161 objetivo de viabilizar a oferta do curso aos conselheiros interessados. O Presidente do
162 Conselho, Adriano Antônio Pazianoto, informou que o primeiro item da ordem do dia
163 refere-se à apreciação e deliberação da primeira alteração da Política de Investimentos para
164 o exercício de 2026, bem como, em ato contínuo, à primeira alteração da Política de Gestão
165 de Riscos. Esclareceu que, conforme já mencionado pelo Diretor-Superintendente, a
166 política originalmente aprovada precisou ser revista em razão da publicação, ao final do
167 exercício anterior, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272, de 2025, a qual
168 introduziu mudanças significativas na regulamentação dos investimentos dos RPPS.
169 Ressaltou que a norma foi publicada após a aprovação da política vigente, exigindo,
170 portanto, sua adequação. Destacou que a nova resolução vem provocando impactos
171 relevantes no mercado financeiro, especialmente no segmento de fundos de investimento
172 voltados aos RPPS, uma vez que passou a impor restrições mais rigorosas quanto aos tipos
173 de fundos elegíveis, inclusive limitando a aplicação em fundos tradicionalmente
174 considerados conservadores, como determinados fundos DI, que até então eram
175 amplamente utilizados. Informou ainda que a norma veda a atuação de agentes autônomos
176 de investimento na intermediação de aplicações para RPPS quando atuarem como
177 representantes comerciais de fundos ou instituições financeiras, prática anteriormente
178 admitida no mercado. Outro ponto enfatizado foi a nova exigência de que gestores e
179 administradores de recursos estejam vinculados a instituições financeiras classificadas pelo
180 Banco Central do Brasil como segmentos S1 ou S2, ou que integrem conglomerados
181 econômicos dessas instituições. Explicou que tais segmentos correspondem aos bancos de
182 maior porte e relevância sistêmica, o que amplia a segurança das aplicações e reduz a
183 exposição a instituições de menor robustez financeira. Nesse contexto, ressaltou que a
184 RioPreto Prev já se encontra em conformidade quanto aos investimentos diretos, uma vez
185 que aplica exclusivamente em títulos públicos federais e letras financeiras emitidas por
186 instituições do segmento S1, como o BTG Pactual, não havendo necessidade de ajustes
187 nesse aspecto específico. Contudo, esclareceu que os fundos de investimento e seus
188 respectivos gestores e administradores precisarão atender integralmente às novas exigências
189 da resolução. Por fim, o Presidente destacou que essas alterações representam uma
190 mudança estrutural relevante na política de investimentos dos RPPS, tornando necessária
191 a revisão formal dos documentos normativos para garantir aderência à legislação vigente e
192 segurança jurídica às decisões do Conselho. A conselheira Silvana Aparecida da Rocha
193 Delfino questionou se a alteração normativa introduzida pela nova resolução do Conselho
194 Monetário Nacional teria relação com episódios recentes envolvendo a gestão de
195 investimentos de RPPS, envolvendo dirigente de entidade ligada ao setor previdenciário. O

196 presidente Adriano Antônio Pazianoto esclareceu que não há relação entre a nova resolução
197 do Conselho Monetário Nacional e o episódio mencionado. Informou que o caso citado
198 foi arquivado, por se tratar de denúncia anônima, a qual foi investigada pela autoridade
199 policial, sem identificação de indícios ou provas que justificassem a adoção de medidas
200 adicionais. Assim, concluiu que não vê correlação entre aquele fato e as mudanças
201 normativas ora apresentadas. O conselheiro Mário José Piccarelli de Castro destacou que
202 as alterações introduzidas pela nova resolução do Conselho Monetário Nacional estão mais
203 relacionadas aos recentes acontecimentos envolvendo o Banco Master e diversos RPPS, do
204 que ao caso anteriormente mencionado. Ressaltou que, de modo geral, a norma tem sido
205 vista por muitos regimes como um retrocesso, pois reduziu margens e percentuais de
206 investimento, inclusive para RPPS com nível IV do Pró-Gestão, limitando possibilidades
207 que antes eram ampliadas conforme o grau de governança. Informou que, embora a
208 RioPretoPrev não tenha sofrido desenquadramentos, diversos RPPS foram impactados,
209 com a retirada de muitos players do mercado, concentrando investimentos em poucos
210 bancos. Acrescentou que a nova regra também impõe que os fundos não tenham mais que
211 50% de recursos provenientes de RPPS, exigindo ampla reorganização do mercado.
212 Pontuou que regimes com nível I ou inferior do Pró-Gestão foram os mais prejudicados,
213 ficando praticamente restritos à aplicação em títulos públicos, o que dificulta o atingimento
214 da meta atuarial em determinados exercícios. Por fim, informou que a resolução tem
215 vigência prevista para fevereiro, mas que associações do setor, incluindo a ANBIMA, estão
216 pleiteando prorrogação do prazo, a fim de permitir a adequada adaptação do mercado às
217 novas exigências. O Diretor Técnico Wilclem de Lazari Araujo destacou que a nova
218 resolução do Conselho Monetário Nacional já era aguardada há vários anos, havendo
219 expectativa de que revogasse integralmente a norma anterior. Segundo ele, o que causou
220 surpresa ao setor foi o fato de que, ao final do ano, toda a discussão previamente construída
221 parece ter sido desconsiderada, resultando em um texto praticamente novo, publicado em
222 um período em que muitos agentes já estavam em recesso. Ressaltou a percepção de que a
223 norma afunilhou significativamente as possibilidades de investimento, favorecendo
224 sobretudo grandes bancos e títulos públicos, o que aumenta a segurança para RPPS
225 menores ou com menor estrutura técnica, evitando situações de risco como as
226 recentemente observadas no mercado. Por outro lado, ponderou que regimes com maior
227 nível de governança e expertise, como os de nível IV do Pró-Gestão, perdem margem de
228 liberdade e potencial de rentabilidade, especialmente em cenários de juros mais baixos. Por
229 fim, destacou que, apesar dessas limitações, a RioPretoPrev não foi negativamente
230 impactada, uma vez que possui investimentos bem estruturados, avaliando que, no
231 contexto atual, a nova resolução não trouxe prejuízos relevantes ao regime. O conselheiro
232 Mário José Piccarelli de Castro ressaltou que os RPPS de menor porte são os mais
233 impactados pela nova resolução, uma vez que, na prática, o Pró-Gestão passa a se tornar
234 quase obrigatório, diante das fortes restrições impostas às possibilidades de investimento.

235 Destacou que muitos regimes pequenos não conseguem atingir nem mesmo o nível 1 do
236 Pró-Gestão, não por falta de capacidade técnica, mas por limitações estruturais, de pessoal
237 e de efetivo, o que agrava ainda mais as dificuldades operacionais desses entes, embora seja
238 o cenário regulatório atualmente vigente. O presidente Adriano Antônio Pazianoto
239 apresentou aos conselheiros um quadro comparativo divulgado pela Secretaria de
240 Previdência, destacando as principais alterações introduzidas pela nova resolução do
241 Conselho Monetário Nacional quanto às possibilidades de investimento dos RPPS.
242 Explicou que, sem certificação Pró-Gestão, os regimes ficam restritos basicamente à
243 aplicação em títulos públicos e fundos 100% lastreados em títulos públicos, sem qualquer
244 possibilidade de investimento em renda variável, investimentos no exterior ou fundos
245 estruturados. Esclareceu que essa limitação se mantém também para os RPPS com Pró-
246 Gestão nível I, sendo que apenas a partir do nível II surgem alternativas adicionais, e, no
247 nível III e IV, maior espaço para diversificação da carteira. Ressaltou que, na prática, a nova
248 norma torna quase obrigatória a certificação Pró-Gestão, especialmente para que os RPPS
249 consigam diversificar seus investimentos e manter condições de alcançar a meta atuarial em
250 cenários futuros de redução da taxa de juros, quando a renda fixa tende a oferecer menor
251 retorno. Na sequência, apresentou a tabela de alocação da carteira da RioPretoPrev,
252 demonstrando que os investimentos atuais já se encontram integralmente enquadrados nos
253 limites da nova resolução, não sendo necessário qualquer desenquadramento. Informou
254 que as alterações promovidas na política de investimentos consistem apenas na adequação
255 formal à nova regulamentação, sem mudança da estratégia, da meta atuarial ou da lógica de
256 alocação dos recursos. Destacou ainda que alguns fundos DI precisarão ajustar seus
257 regulamentos para se enquadrarem como fundos 100% títulos públicos, bem como que
258 determinados fundos de participação (FIP) deverão promover adequações quanto à
259 estrutura de gestor ou administrador, em razão das novas exigências. Contudo, enfatizou
260 que os impactos para a RioPretoPrev são mínimos, diante da solidez da carteira e do nível
261 IV do Pró-Gestão, limitando-se a ajustes operacionais e normativos. Concluiu afirmando
262 que a política de investimentos e a política de gestão de riscos foram apenas adaptadas à
263 nova estrutura regulatória, mantendo-se a coerência com a estratégia já adotada pelo
264 Instituto. O presidente Adriano Antônio Pazianoto questionou se algum conselheiro teria
265 dúvidas acerca do item em pauta, esclarecendo que a apresentação se concentrou
266 principalmente na tabela de alocação dos investimentos, por ser o ponto efetivamente
267 impactado pela nova resolução. Destacou que a política de investimentos já havia sido
268 apresentada e debatida nas reuniões de novembro e dezembro, não havendo alteração de
269 cenário ou de estratégia, mas apenas ajustes de enquadramento normativo decorrentes da
270 nova regulamentação. Não havendo manifestações, colocou em discussão a primeira
271 alteração da Política de Investimentos e da Política de Gestão de Riscos para o exercício de
272 2026. Em seguida, submeteu a matéria à votação, informando que, inexistindo manifestação
273 contrária, os documentos seriam considerados aprovados. Como não houve votos

274 contrários, restaram aprovadas, por unanimidade, a 1ª alteração da Política de
275 Investimentos para o exercício de 2026 e a 1ª alteração da Política de Gestão de
276 Riscos para o exercício de 2026. O presidente Adriano Antônio Pazianoto informou que
277 o próximo item da pauta se refere à segunda revisão do Planejamento Estratégico 2024–
278 2028, bem como à apreciação do cumprimento das ações executadas no exercício de 2025,
279 conforme previsto, uma vez que o documento passa por revisão anual. Esclareceu que a
280 proposta de revisão foi previamente encaminhada aos conselheiros e que o texto passou
281 por ajustes de redação, com o objetivo de torná-lo mais simples e objetivo, além da inclusão
282 de uma nova ação estratégica. Destacou que, nesta reunião, seria realizada apenas a
283 discussão do documento, ficando a deliberação e votação previstas para a próxima reunião.
284 Explicou que a revisão mantém a linha de trabalho já adotada, porém com metas mais
285 amplas e integradas, citando como exemplo o aprimoramento contínuo da base cadastral
286 dos servidores, a melhoria da eficiência do aplicativo institucional e o fortalecimento da
287 divulgação do recadastramento anual no mês de aniversário, utilizando todos os canais de
288 comunicação disponíveis. Concluiu afirmando que a revisão busca ampliar a visão
289 estratégica das metas já existentes, qualificando os processos e a comunicação com os
290 segurados. A conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério manifestou-se no sentido de
291 sugerir, no âmbito do Planejamento Estratégico, a elaboração de material informativo
292 simples e acessível, como uma cartilha explicativa, relatando que, quando ingressou no
293 serviço público municipal, existia material semelhante, elaborado pelo sindicato dos
294 servidores, que auxiliava na compreensão das regras e procedimentos. Sugeriu que o
295 material fosse breve e objetivo, podendo inclusive assumir formatos diversos, como cartilha
296 digital, cartaz eletrônico ou comunicado por e-mail, explicando a importância do
297 recadastramento, sua finalidade e como utilizar as ferramentas disponibilizadas, tendo em
298 vista que muitos servidores desconhecem ou possuem dificuldades no uso desses recursos.
299 Destacou que a opção por material digital seria mais econômica e eficaz, permitindo ampla
300 divulgação, por exemplo, por meio dos e-mails institucionais das escolas, grupos de
301 WhatsApp e outros canais oficiais, possibilitando que o conteúdo permaneça acessível para
302 consulta futura. Por fim, a conselheira questionou se o novo logotipo institucional decorreu
303 de algum procedimento formal, indagando se houve abertura de processo específico, como
304 uma modalidade de contratação ou licitação para a criação da nova identidade visual. O
305 presidente Adriano Antônio Pazianoto esclareceu que o novo logotipo institucional foi
306 adotado a partir de sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal de Comunicação, a
307 qual possui contrato com empresa especializada em marketing, que encaminhou diferentes
308 propostas de identidade visual. Informou que o modelo escolhido se mostrou o mais viável
309 para a Autarquia, estando associada também à atualização das cores institucionais, com
310 reflexos na padronização de documentos, aplicativos e demais materiais de comunicação.
311 Destacou que está em fase final de desenvolvimento um novo site institucional, cujo
312 lançamento sofreu pequeno atraso em razão da preocupação em torná-lo mais didático e

313 acessível, com conteúdo segmentado para servidores ativos, aposentados e pensionistas,
314 incluindo orientações práticas, como procedimentos para requerimento de aposentadoria.
315 Ressaltou que essa iniciativa converge com a sugestão apresentada pela conselheira, no
316 sentido de ampliar e qualificar a comunicação com os segurados. Informou ainda que
317 consta no planejamento a elaboração de cartilhas e materiais informativos simples, inclusive
318 em formato digital, bem como a produção de vídeos explicativos com uso de recursos de
319 inteligência artificial, com o objetivo de esclarecer as regras previdenciárias, o
320 funcionamento do aplicativo e reforçar a cultura do cadastramento anual. Na sequência,
321 apontou como desafios estratégicos para 2026 a melhoria contínua da comunicação e da
322 acessibilidade aos segurados e adiantou, em caráter preliminar, que a Diretoria iniciou
323 estudos sobre a possibilidade de estruturação de um fundo de investimento imobiliário,
324 considerando que a Autarquia possui aproximadamente 20 imóveis, avaliados em valor
325 superior a R\$ 120 milhões, e que há interesse do mercado em projetos de incorporação.
326 Explicou que a proposta, ainda em fase inicial de estudo, visa permitir não apenas a
327 alienação dos ativos, mas eventual participação nos resultados futuros, ressaltando que
328 qualquer avanço dependerá de análise técnica aprofundada e da prévia autorização e
329 validação do Conselho. Por fim, informou que a discussão da segunda revisão do
330 Planejamento Estratégico 2024–2028 ficará suspensa para novas contribuições, sendo a
331 deliberação prevista para a reunião do início de fevereiro. Destacou que o relatório
332 encaminhado aos conselheiros apresenta o cumprimento das metas, indicando que a
333 maioria das ações previstas para 2025 foram executadas, e que as pendências já foram
334 incorporadas ao planejamento estratégico de 2026. Por fim, **restou apreciado o Relatório**
335 **de Acompanhamento Estratégico (2024-2028)**. O presidente Adriano Antônio
336 Pazianoto apresentou aos conselheiros o Relatório de Prestação de Contas das Atividades
337 do Conselho Municipal de Previdência, previamente encaminhado aos membros.
338 Esclareceu que se trata de documento obrigatório para fins de gestão e atendimento às
339 exigências do Pró-Gestão, contendo o detalhamento das atividades desenvolvidas pelo
340 Conselho no exercício de 2025. Informou que o relatório descreve a base legal de
341 funcionamento do Conselho, sua composição, forma de representação, certificações dos
342 membros, bem como o quantitativo de reuniões realizadas no ano, totalizando 19 reuniões
343 ordinárias e extraordinárias. O documento também consolida os principais assuntos e
344 deliberações, a partir dos extratos oficialmente publicados, os quais refletem as decisões
345 tomadas ao longo do exercício. Ressaltou que o relatório será publicado no site
346 institucional, juntamente com as atas das reuniões, permitindo ampla transparência e acesso
347 às informações. Não havendo manifestações contrárias, o presidente colocou o relatório
348 em votação, **sendo o Relatório de Prestação de Contas das Atividades do Conselho**
349 **Municipal de Previdência referente ao exercício de 2025 aprovado por unanimidade**.
350 Na sequência, apresentou o Relatório de Atividades da Ouvidoria, relativo ao exercício de
351 2025, esclarecendo que sua elaboração passou a ser exigida pelo manual do Pró-Gestão a

352 partir do último exercício. Informou que o relatório, embora apreciado pelo Conselho, não
353 possui caráter de divulgação externa, integrando apenas os registros internos da
354 governança. Explicou o funcionamento da Ouvidoria, atualmente sob responsabilidade do
355 servidor Rafael, destacando a existência de canal específico de e-mail, atendimento
356 presencial e telefônico, bem como sistema eletrônico, que possibilita inclusive o registro de
357 manifestações de forma anônima, sem identificação do usuário. O relatório demonstra
358 elevado nível de satisfação, com nota média de 4,94, indicando bom desempenho no
359 atendimento. Quanto às demandas recebidas em 2025, informou que a maioria consistiu
360 em pedidos de acesso à informação, além de registros de dúvidas e apenas uma reclamação
361 formal, a qual não se relacionou diretamente a serviço previdenciário, mas a atendimento
362 médico realizado no âmbito de convênio com a Câmara Municipal. Esclareceu que, após o
363 registro da reclamação, foram adotadas providências administrativas, incluindo reunião do
364 ouvidor com os peritos envolvidos, visando evitar a reincidência da situação. Ressaltou
365 ainda que não houve registro de denúncias de irregularidades no período. Por fim, informou
366 que parte significativa das solicitações registradas na Ouvidoria concentrou-se em pedidos
367 formulados por um ex-conselheiro, todos devidamente atendidos, sendo contabilizados
368 para fins estatísticos. Mencionou, ainda, sugestão apresentada pelo conselheiro Giuliano
369 Cléber Coltro, já encaminhada ao ouvidor, no sentido de ampliar e massificar a divulgação
370 dos canais corretos de atendimento, visando orientar os servidores quanto ao uso adequado
371 da Ouvidoria. O conselheiro Giuliano Cléber Coltro esclareceu que sua sugestão decorre
372 da percepção de que muitos servidores acabam utilizando a Ouvidoria de forma
373 inadequada, por acreditarem que esse canal seja mais ágil ou resolutivo mesmo para dúvidas
374 simples ou consultas rotineiras. Destacou que essa confusão leva ao acionamento de canais
375 incorretos, o que pode gerar retrabalho e sobrecarregar a Ouvidoria. Nesse sentido, sugeriu
376 a divulgação mais ampla e didática dos canais de atendimento, explicando claramente qual
377 canal utilizar e em quais situações, inclusive com campanhas internas e materiais
378 explicativos. Ressaltou que tal iniciativa facilitaria tanto o atendimento institucional quanto
379 a atuação dos conselheiros como representantes dos servidores, permitindo orientar
380 corretamente aqueles que os procuram. A conselheira Rosimere Cleide Souza Desidério
381 observou que, na verdade, não houve registro de denúncias efetivas. Pontuou que a
382 sistematização dos dados da Ouvidoria é um aspecto relevante, pois permitiria identificar
383 padrões e demandas por setor, embora reconheça que nem sempre essa prática é adotada
384 na administração pública. Concordeu com a sugestão de melhor orientação sobre o uso
385 correto dos canais, distinguindo demandas próprias da Ouvidoria de outras formas de
386 atendimento e apoio. Por fim, parabenizou a equipe pelo relatório apresentado, destacando
387 que o documento é didático, claro e permite visualizar de forma objetiva o funcionamento
388 do atendimento e as devolutivas dadas aos usuários, considerando-o um instrumento
389 importante de transparência e acompanhamento. O presidente Adriano Antônio Pazianoto
390 informou que houve melhora significativa no prazo de concessão das aposentadorias,

391 destacando que atualmente a Autarquia consegue conceder aposentadorias integrais em
392 média em até 36 dias. Explicou que esse resultado decorre da adoção de uma estratégia
393 administrativa diferenciada, que permite ao servidor protocolar o pedido de aposentadoria
394 até 60 dias antes de completar os requisitos legais. Com essa metodologia, o processo passa
395 a ser instruído previamente, considerando a complexidade e a necessidade de informações
396 de outros órgãos, de modo que, quando o servidor completa o direito, a concessão ocorre
397 de forma muito mais célere. Ressaltou que o tempo considerado para fins de controle é
398 apenas aquele contado a partir da data em que o servidor adquire o direito à aposentadoria,
399 o que contribuiu para a redução expressiva dos prazos. Destacou ainda que, salvo casos
400 mais complexos, a regra tem sido a concessão mais rápida dos benefícios, trazendo maior
401 segurança e previsibilidade aos segurados. Informou que esses dados já constam no
402 relatório da Ouvidoria e passarão também a integrar, de forma trimestral, o Relatório de
403 Gestão Corporativa, garantindo acompanhamento automático e contínuo dos indicadores.
404 Por fim, esclareceu que será elaborado anualmente um relatório específico sobre o tema, a
405 ser submetido à apreciação do Conselho Municipal de Previdência, em atendimento às
406 exigências da auditoria do Pró-Gestão, e abriu a palavra aos conselheiros para eventuais
407 manifestações adicionais sobre o relatório. A conselheira Silvana Aparecida da Rocha
408 Delfino relatou reflexões decorrentes de debates ocorridos durante o Congresso,
409 destacando que foram feitas perguntas provocativas aos participantes, como o tempo
410 médio de concessão de aposentadorias nos regimes próprios e se os conselheiros tinham
411 conhecimento desses indicadores. Ressaltou que tais questionamentos evidenciam a
412 importância de os conselhos acompanharem dados objetivos sobre a atuação
413 previdenciária. Mencionou ainda que outro ponto relevante debatido no evento foi a
414 quantidade de aposentadorias por invalidez concedidas, bem como os motivos das
415 negativas, quando existentes. Nesse sentido, observou que não se recorda de ter visto, nos
416 relatórios analisados até o momento, informações sistematizadas sobre indeferimentos de
417 benefícios, seja por invalidez ou por outras modalidades. Concluiu ressaltando a
418 importância de que esses dados passem a ser acompanhados e apresentados de forma
419 estruturada, por contribuírem para maior transparência, controle e compreensão do
420 funcionamento do Regime Próprio de Previdência Social. O presidente Adriano Antônio
421 Pazianoto esclareceu que, quanto à sugestão de divulgação de dados sobre indeferimentos
422 de benefícios, especialmente aposentadorias por invalidez, a informação poderia ser tratada
423 em relatórios internos, voltados à gestão e ao acompanhamento do conselho. Ressaltou,
424 contudo, que a divulgação pública detalhada desses dados encontra limitações, sobretudo
425 em razão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Destacou que os dados referentes à
426 concessão de benefícios já constam nos relatórios atualmente apresentados, porém
427 reconheceu que ainda não há consolidação sistematizada sobre quantidade de benefícios
428 indeferidos. Informou que a divulgação apenas do quantitativo de indeferimentos seria
429 viável, contudo, a exposição dos motivos específicos demanda cautela, uma vez que poderia

430 permitir a identificação indireta de servidores, gerando eventual desconforto ou
431 questionamentos. Concluiu ressaltando que o tema pode ser aprofundado internamente,
432 buscando equilíbrio entre transparência, controle institucional e proteção de dados
433 pessoais. Encerradas as discussões, o presidente Adriano Antônio Pazianoto colocou em
434 apreciação e deliberação o Relatório de Atividades da Ouvidoria, esclarecendo que, na
435 ausência de manifestações contrárias, o documento seria submetido à votação para
436 aprovação, com o acolhimento das sugestões apresentadas pelos conselheiros. Não
437 havendo objeções, o **Relatório de Atividades da Ouvidoria da RIOPRETOPREV**
438 **relativo ao exercício de 2025, com a aprovação de sugestões de melhoria das**
439 **atividades e informações, foi aprovado por unanimidade.** Próximo item da pauta,
440 Adriano Antônio Pazianoto, que também é o Diretor Executivo da Autarquia, apresentou
441 balancete contábil de novembro/2025: *No período, as receitas orçamentárias totalizaram*
442 *R\$ 29.195.047,82, sendo: Contribuições dos 5.443 servidores ativos – R\$ 5.659.122,81; Contribuições*
443 *dos Aposentados e Pensionistas R\$ 1.012.658,50; Contribuição Patronal Normal – R\$ 10.239.714,44;*
444 *Contribuição Patronal Suplementar – R\$ 847.644,03; Parcelamentos – R\$ 2.901.949,70;*
445 *COMPREV – R\$ 784.969,92; Receita Patrimonial – R\$ 7.327.293,50; Restituições da Folha de*
446 *Pagamento – R\$ 1.451,98; Outras Receitas – R\$ 420.242,94. No período, as despesas equivaleram a*
447 *R\$ 27.361.293,86, sendo: a) Despesa com benefícios previdenciários: i) com 1.918 aposentadorias:*
448 *R\$ 21.943.798,93; ii) com 258 pensões: R\$ 1.699.500,22; iii) com pagamento de benefícios em*
449 *decorrência de ordem judicial: R\$ 3.213.913,40; iv) indenizações e restituições trabalhistas – R\$ 0,00; v)*
450 *despesas com compensação previdenciária – R\$ 10.579,70; b) Despesas administrativas –*
451 *R\$ 493.501,61. Conclui-se, com análise da peça, um resultado orçamentário superavitário de*
452 *R\$ 1.833.753,96 no mês e superavitário de R\$ 72.948.640,36 no ano, e um resultado previdenciário*
453 *superavitário de R\$ 166.647,83 no mês e R\$ 98.439.072,88 no ano.* O presidente Adriano
454 Antônio Pazianoto esclareceu que, embora o relatório não contemple os dados do mês de
455 dezembro, a Prefeitura Municipal também não efetuou o recolhimento da contribuição
456 suplementar referente a esse mês. Informou, contudo, que o Município já solicitou o
457 levantamento dos valores devidos e que o acordo de parcelamento das contribuições não
458 recolhidas está em fase final de análise, aguardando apenas validação e assinatura para
459 posterior publicação, incluindo as contribuições referentes ao exercício anterior. Esclareceu
460 ainda que, não houve aplicação retroativa da alíquota suplementar de 5% no exercício de
461 2025. Até o pagamento do décimo terceiro salário e da folha de novembro, o encargo
462 patronal suplementar permaneceu em 17%, conforme a legislação então vigente. A alíquota
463 de 5% passou a ser aplicada exclusivamente sobre a folha do mês de dezembro, uma vez
464 que o pagamento ocorreu após a publicação da lei que alterou o plano de amortização,
465 respeitando o princípio da irretroatividade. Destacou que os órgãos municipais SEMAE,
466 Rio Preto Prev e Câmara Municipal efetuaram o recolhimento da contribuição suplementar
467 de dezembro com base na nova alíquota, enquanto a Prefeitura Municipal optou pelo
468 parcelamento, o qual também abrangerá essa competência. Reforçou que todas as

469 informações já constam no DIPR encaminhado ao Ministério da Previdência, estando a
470 situação regularizada. Por fim, enfatizou que a aplicação retroativa das alíquotas
471 suplementares é vedada pela normativa federal, e eventual descumprimento impediria a
472 emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o que não ocorreu. A
473 conselheira Silvana Aparecida da Rocha Delfino esclareceu que sua indagação não se
474 relacionava ao tema apresentado no momento, mas sim às despesas decorrentes do
475 descongelamento do tempo de serviço no Município. Destacou que a contagem do tempo
476 voltou a ocorrer a partir de 2022, inclusive para fins de licença-prêmio, permanecendo sem
477 efeitos apenas o período congelado de 2021. Informou que, com a recente sanção da lei
478 federal que promoveu o descongelamento, surgiu a dúvida quanto aos servidores que se
479 aposentaram entre 2022 e a presente data, especialmente no que se refere a eventuais
480 diferenças de vantagens por tempo de serviço, como sexta-parte, referência ou quinquênios.
481 Diante disso, questionou qual ente será responsável pelo pagamento dessas diferenças aos
482 aposentados, se a RioPretoPrev ou o Município. O Diretor Técnico Wilclem de Lazari
483 Araujo esclareceu que o tema decorre de alteração recente na legislação federal,
484 especificamente da Lei Complementar nº 226, que modificou a Lei Complementar nº
485 173/2020, editada no período da pandemia. Explicou que a LC 173 não proibiu a contagem
486 de tempo, mas congelou os pagamentos das vantagens por tempo de serviço, como
487 contrapartida para que os municípios recebessem recursos federais. Com a nova alteração
488 legislativa, passou a ser possível, inclusive, o pagamento retroativo, porém condicionado
489 expressamente à existência de lei municipal específica que regulamente a matéria, além de
490 previsão orçamentária, o que, no momento, não existe no Município. Assim, enquanto não
491 houver legislação municipal regulamentando o tema, nenhum pagamento pode ser
492 realizado. Destacou ainda que, caso futuramente seja editada lei municipal autorizando os
493 pagamentos e haja informações oficiais que impactem benefícios já concedidos, a
494 responsabilidade será do Município quanto ao período anterior à aposentadoria, e da
495 RioPretoPrev quanto ao período posterior, respeitados os prazos prescricionais. Em
496 seguida, o presidente Adriano Antônio Pazianoto colocou em apreciação, discussão e
497 votação o balancete referente ao mês de novembro de 2025, esclarecendo que, na ausência
498 de manifestações contrárias, o documento seria considerado aprovado. Não havendo
499 dúvidas, o presidente, Adriano Antônio Pazianoto, colocou o tema em votação **restando**
500 **aprovadas, por unanimidade, as demonstrações contábeis do mês de novembro de**
501 **2025.** Seguindo a pauta, Adriano Antônio Pazianoto apresentou informações sobre o
502 desempenho dos investimentos no mês de novembro de 2025: *Conforme os relatórios internos*
503 *da RioPretoPrev e da LDB Consultoria referentes ao mês de novembro do ano de 2025, verifica-se que*
504 *todos os fundos em nossa carteira estão em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN*
505 *n.º 4.963/2021. O maior percentual em relação ao Patrimônio Líquido (PL) de um fundo, respeitando*
506 *o limite de 15% estabelecido pelo Art. 19º da Resolução CMN n.º 4.963/2021 (reduzido para 5% para*
507 *fundos mencionados no inciso V do Art. 7º, e não aplicável aos fundos de investimento que apliquem seus*

recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a" do inciso I do Art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos), é de 3,59%, sendo atribuído ao fundo BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO. Os dois seguintes, com 3,13% e 2,86% do PL, são, respectivamente, KINEA PE IV FEEDER INST I FIP ME e SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC FLA. No que diz respeito aos limites em relação ao PL da RioPretoPrev (limite é 20%, direta ou indiretamente, conforme Art. 18º da Res CMN n.º 4963/2021, excetuados os fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos definidos na alínea "a" do inciso I do Art. 7º ou em compromissadas lastreadas nesses títulos), o maior percentual é do BTG PACTUAL S&P 500 BRL FI MULTIMERCADO, representando 6,77% do PL. Os FI BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA e CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF LP ocupam o 2º e 3º lugares, com 5,45% e 2,56% do PL, respectivamente. A conformidade com a Resolução CMN n.º 4.963/2021 abrange diferentes segmentos, destacando-se: Renda Fixa: 74,60% do PL (Limite 100%); Renda Variável: 7,09% do PL (Limite 50%, Art. 8, § 3º); Investimentos no Exterior: 8,30% do PL (Limite 10%); Investimentos Estruturados: 10,02% do PL (Limite 20%, Art. 10, § 2º). Adentrando no detalhamento de cada segmento: Renda Fixa: Art. 7º, I, a => % PL 61,43% Limite 100%; Art. 7º, I, b => % PL 2,56%; Limite 100%; Art. 7º, III, a => % PL 8,73% Limite 80%; Art. 7º, IV => % PL 1,87% Limite 20%; Renda Variável: Art. 8º, I => % PL 7,09% Limite 50%; Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => % PL 3,86% (Limite 10% no total de IE); Art. 9º, III => % PL 4,44% (Limite 10% no total de IE); Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => % PL 6,77% Limite 15%; Art. 10º, II => % PL 3,25% Limite 15%. Adicionalmente, a análise de Artigos específicos, como o Art. 14 (que representa 17,11% do PL, respeitando o limite de 60%) e o Art. 20 (assegurando que o total das aplicações não ultrapasse 5% do volume total gerido de recursos de terceiros das Instituições Financeiras), evidencia o cuidado e a aderência da RioPretoPrev aos parâmetros normativos estabelecidos. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E O ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: Conforme os relatórios internos da RioPretoPrev e da LDB Consultoria, é notável que todos os fundos presentes na carteira estão em conformidade com a Política de Investimentos, aproximando-se dos objetivos estabelecidos. Em 26 de junho de 2025, o Conselho Municipal de Previdência aprovou a primeira alteração da Política de Investimentos para 2025. Essa revisão, proposta pelo Comitê de Investimentos, foi motivada pelo cenário macroeconômico, que sinalizava a manutenção da taxa Selic em 15% durante todo o restante do ano, com a expectativa de início do ciclo de queda somente em 2026. A análise dos diferentes segmentos, de acordo com os artigos, incisos e alíneas especificados, demonstra a aderência aos parâmetros previamente definidos: Renda Fixa: Art. 7º, I, a => 61,43% do PL (Objetivo: 60%; Limite entre 0% e 100%); Art. 7º, I, b => 2,56% do PL (Objetivo: 3%; Limite entre 0% e 70%); Art. 7º, III, a => 8,73% do PL (Objetivo: 9,35%; Limite entre 0% e 60%); Art. 7º, IV => 1,87% do PL (Objetivo: 1,15%; Limite entre 0% e 10%); Renda Variável: Art. 8º, I => 7,09% do PL (Objetivo: 7%; Limite entre 0% e 30%). Investimentos no Exterior: Art. 9º, II => 3,86% do PL (Objetivo: 4%; Limite entre 0% e 10%); Art. 9º, III => 4,44% do PL (Objetivo: 4,5%; Limite entre 0% e 10%). Investimentos Estruturados: Art. 10º, I => 6,77% do PL (Objetivo: 7%; Limite entre 0%

547 e 15%); Art. 10º, II => 3,25% do PL (Objetivo: 4%; Limite entre 0% e 8%). Essa aderência aos
548 limites e diretrizes estabelecidos reforça a eficácia da gestão de investimentos da RioPretoPrev, evidenciando
549 a coerência com os objetivos traçados na Política de Investimentos. **DISTRIBUIÇÃO DOS**
550 **RECURSOS ENTRE INSTITUIÇÕES E BENCHMARKS:** A alocação de recursos entre
551 instituições e benchmarks na carteira da RIOPRETOPREV é detalhada a seguir: Banco do Brasil
552 (R\$ 10,73 mi; 1,58% do PL): 05 fundos: 3 Invest. Exterior, 2 RF. Caixa (R\$ 63,55 mi; 9,39% do
553 PL): 07 fundos: 2 RV, 1 Invest. Exterior, 04 RF. Notáveis: fundos DI. Bradesco (R\$ 36,82 mi; 5,44%
554 do PL): 01 fundos: RF DI. Destaque: Fundo DI Premium, um dos melhores do segmento no mercado de
555 RPPS. XP Investimentos (R\$ 15,19 mi; 2,24% do PL): 03 fundos: RV dividendos, Invest. Exterior e
556 FIP Pátria Investimentos. Custódia das NTN-Bs (R\$ 415,39 mi; 61,43% do PL). Custódia LF BTG
557 Pactual (R\$ 12,61 mi; 1,86% do PL). Santander (R\$ 10,30 mi; 1,52% do PL): 01 fundo: Exterior
558 Global ESG, sem variação cambial. Western Asset (R\$ 14,34 mi; 2,12% do PL): 01 fundos: Invest.
559 Exterior Ações BDR. Kinea/Lions (R\$ 12 mi; 1,77% do PL): 01 fundo: FIP adquirido em 2017, em
560 fase de desinvestimentos. Kinea/Intrag (R\$ 3,79 mi; 0,56% do PL): 01 fundo: FIP em captação inicial.
561 BTG Pactual (R\$ 54,92 mi; 8,12% do PL): 05 fundos: RV de ações valor, Multimercado S&P 500,
562 FIP Economia Real em captação inicial, FIP Infraestrutura também em fase de captação de recursos e
563 exterior multimercado; Banco Daycoval (R\$ 20,15 mi; 2,98% do PL): 02 fundos: 1 RV com gestão
564 Tarpon e 1 com gestão Guepardo, ambos de ações valor. Vinci Compass (R\$ 1,38 mi; 0,20% do PL):
565 01 fundo: FIP em captação inicial. Itaú Unibanco (R\$ 2,38 mi; 0,35% do PL): 01 fundo: RV com
566 pequena exposição em IE. Banco Safra (R\$ 2,55 mi; 0,37% do PL): 01 fundo: RV dividendos. Essa
567 estratégia reflete a abordagem criteriosa da RIOPRETOPREV, buscando otimizar o retorno e gerenciar
568 riscos eficientemente. **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E**
569 **COMENTÁRIOS SOBRE A PERFORMANCE DOS FUNDOS E RESPECTIVOS**
570 **SEGMENTOS:** A presente seção oferece uma análise detalhada da distribuição dos recursos da carteira
571 da RioPretoPrev, apresentando uma visão abrangente dos diferentes segmentos de investimento e seus
572 respectivos fundos. Ao longo do texto, serão fornecidos comentários aprofundados sobre o desempenho de
573 cada fundo, destacando os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas e as condições de mercado
574 enfrentadas durante o período em análise. Essa análise crítica visa proporcionar uma compreensão integral
575 da performance da carteira, oferecendo insights valiosos para a tomada de decisões estratégicas futuras.
576 **RENDA FIXA:** Ao final do mês de novembro de 2025, 74,60% dos recursos (R\$ 504,39 milhões)
577 foram alocados em Renda Fixa, conforme a Resolução n.º 4.963/2021 (art. 7º). O segmento encerrou o
578 período com uma valorização média de 0,75%. No mês, destacaram-se duas movimentações relevantes. A
579 primeira foi a aquisição de NTN-B 2029, com remuneração de IPCA + 7,8250%aa, marcadas a
580 mercado, realizada com recursos provenientes do recebimento de cupom de NTN-B de vencimento ímpar em
581 17/11/2025, no montante de R\$ 5.214.921,84. A segunda movimentação ocorreu em 27/11/2025,
582 com a aplicação de R\$ 13.195.987,48 em títulos públicos federais NTN-B com vencimento em 2030,
583 remunerados a IPCA + 7,6300%aa, marcados na curva. Novembro registrou uma expressiva valorização
584 dos ativos de renda fixa, especialmente dos títulos públicos com vencimentos mais longos. Entre os principais
585 índices do mercado, o IMA-B 5+, que reúne NTN-Bs — títulos atrelados à inflação com prazo superior

a cinco anos —, apresentou o melhor desempenho no período, com avanço de 2,8% no mês e retorno acumulado de 14,42% no ano. Esse movimento foi favorecido pela expectativa de início de um ciclo de cortes na taxa Selic, atualmente projetado pelo mercado para o primeiro trimestre de 2026, o que tende a beneficiar os papéis de prazo mais longo. Além disso, o patamar elevado dos juros reais, em torno de 7%, reforça o potencial de atratividade desses títulos, mesmo diante de um cenário de maior volatilidade, característico de anos eleitorais. Ao final de novembro, a carteira de renda fixa terminou composta por sete fundos ativos, sendo todos lastreados em ativos de curto prazo, representados por fundos DI, os quais correspondem a 11,29% da carteira e renderam, em média, 1,06% no período. Em relação aos títulos públicos federais, o segmento que fechou com 61,43% do PL da carteira, apresentou uma rentabilidade média de 0,69%. As Letras Financeiras da carteira tiveram rendimento médio de 0,68% no mês, representando 1,87% do PL. O fundo CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA foi destaque no segmento fechando o mês com rentabilidade de 1,07%. De forma geral, a Renda Fixa encerrou o mês com uma valorização de R\$ 3.740.919,59, rendimento médio de 0,74%, e o ano com R\$ 46.896.345,94, valorização de 10,65%. RENDA VARIÁVEL: No mês de novembro, 7,09% (R\$ 47,91 milhões) dos recursos foram alocados em Renda Variável, conforme a Resolução n.º 4.963/2021 (art. 8º), todos em fundos de ações (Art. 8º, I) e valorizaram em média 7,14% no mês. O principal índice de ações do Brasil encerra novembro com ganhos de 6,37%, a maior alta mensal em 15 meses. Ao longo do mês, consolidou-se um cenário mais favorável ao início do ciclo de flexibilização monetária no Brasil, o que contribuiu para amadurecer as expectativas do mercado acionário. A perspectiva de cortes na Selic evoluiu de uma possibilidade para o primeiro trimestre de 2026 para uma expectativa praticamente certa de início já em janeiro. O comunicado do Comitê de Política Monetária (Copom) sinalizou que a atual taxa de 15% ao ano é suficiente para garantir a convergência da inflação à meta, enquanto indicadores recentes de inflação e do mercado de trabalho passaram a indicar desaceleração da atividade econômica. Adicionalmente, o fortalecimento das expectativas de corte de juros nos Estados Unidos em dezembro reforçou esse movimento. Na renda variável, houve deliberações importantes no mês: pedido de resgate parcial de R\$ 1.400.000,00 do fundo de renda variável XP DIVIDENDOS FLA e o pedido de resgate parcial de R\$ 1.500.000,00 do fundo de renda variável FIC FLA CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO, porém as movimentações serão cotizadas e liquidadas no mês 12/2025. Os recursos fecharam distribuídos entre vários segmentos de mercado, como: Dividendos, Alocação em Segmentos de Mercado/ Ações Livre e Fundos de "Valor". Todos os fundos foram positivos no mês. O destaque foi o fundo TARPON GT INSTITUCIONAL FIF, com rentabilidade de 10,69% no mês. Entretanto, o destaque do ano continua sendo o fundo XP INVESTOR DIVIDENDOS FIF com rentabilidade de 55,77%. De forma geral, a renda variável encerrou o mês com valorização de R\$ 3.195.154,35, correspondendo a 7,14% e o ano com valorização de R\$ 13.524.725,08, correspondente a 33,07%. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: No mês de novembro, 8,30% (R\$ 56,10 milhões) dos recursos foram destinados a Investimentos no Exterior, seguindo a Resolução n.º 4.963/2021 (art. 9º), e o segmento teve desvalorização média de 2,81% no mês. Em novembro de 2025, os investimentos no exterior tiveram um cenário misto, com bolsas americanas mostrando fraqueza pontual (S&P 500, Nasdaq em queda), mas com o setor de tecnologia (Nvidia, Apple, Microsoft, Amazon, Meta) ainda sendo o foco dos investidores, impulsionado

625 pela expectativa de queda de juros nos EUA, enquanto o dólar se enfraqueceu frente ao real, e o ouro se
626 manteve como porto seguro. Nos fundos de Investimento no Exterior GLOBAL (art. 9º, II da Resolução
627 CMN 4963/2021), ficaram alocados 3,86% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando
628 R\$ 26,07 milhões, e esses fundos fecharam o mês com desvalorização média de 2,16%. Já os fundos BDR
629 (art. 9º, III da Resolução CMN 4963/2021) somaram R\$ 30,03 milhões, representando 4,44% do PL,
630 e registraram desvalorização média de 3,36%. No mês, foi deliberado pelo o resgate parcial de
631 R\$ 1.300.000,00 do fundo de investimentos no exterior Santander Go Global Equity ESG Reais MM
632 IE FI, porém a movimentação será cotizada e liquidada no mês 12/2025. O destaque ficou para o fundo
633 AQR LONG-BIASED EQUITIES FIF AÇÕES, com rentabilidade positiva de 4,17% no mês, e
634 21,73% no ano. No geral, o segmento de Investimentos no Exterior (IE) encerrou o mês com uma
635 desvalorização de R\$ 1.620.146,60, o que corresponde a uma rentabilidade de -2,81% e passou a
636 acumular valorização no ano no total de R\$ 985.703,68, correspondente a 1,79%.
637 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS: No mês de outubro, 10,02% (R\$ 67,75 milhões) dos
638 recursos ficaram alocados em Investimentos Estruturados. Em fundos Multimercados (art. 10º, I), ficaram
639 6,77% do patrimônio líquido (PL) da Riopretoprev, totalizando R\$ 45,76 milhões, com uma valorização
640 de 0,41%, representados pela estratégia S&P-500 que manteve ciclo de alta. Nos fundos de participação
641 (art. 10º, II da Resolução CMN 4963/2021), ficaram 3,25% do PL, o equivalente a R\$ 21,98 milhões,
642 alocados no FIP Kinea IV, no FIP Kinea V, no FIP BTG Pactual Economia Real II Multiestratégia,
643 no BTG Pactual Infraestrutura III, no Pátria PE VII Advisory FIP Multi - Classe C e no FIP VCP
644 IV, com uma desvalorização média de 0,87% no mês. Houve integralização 6ª Chamada de Capital do
645 BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATEGIA, no
646 valor de R\$ 522.775,96. Ainda, houve o resgate parcial de R\$ 9.000.000,00 do fundo BTG
647 PACTUAL S&P 500 BRL FIM. No geral, o segmento de Investimentos Estruturados encerrou o mês
648 com uma valorização de R\$ 324.160,03, rentabilidade média de 0,54% e o ano com valorização de
649 R\$ 12.251.119,59, correspondente a 19,50%. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA: No
650 fechamento do mês de novembro de 2025 todos os recursos estavam aplicados no mercado financeiro fechando
651 as contas com saldo zerado. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA E
652 OBSERVÂNCIA DA POLÍTICA DE RISCOS: Após análise dos resultados, os membros
653 constataram que a carteira está aderente à Política de Riscos 2025. Aqui destacamos que todos os segmentos
654 estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) definidos na Política de Investimentos, em conformidade
655 com a Política de Riscos vigente. Destacamos ainda que a liquidez da carteira está com limites dentro do
656 previsto na Política de Investimentos, sendo de no mínimo 25% resgatáveis em 30 dias. PRINCIPAIS
657 INDICADORES DOS INVESTIMENTOS DA RIOPRETOPREV NO MÊS DE
658 NOVEMBRO DE 2025: Frente à volatilidade inerente do mercado financeiro, o empenho do Comitê
659 de Investimentos emerge como um elemento crucial na busca pelo cumprimento da meta atuarial estabelecida.
660 Em um período desafiador, marcado por oscilações e incertezas, o Comitê demonstrou uma abordagem
661 estratégica, trabalhando para otimizar os retornos e mitigar os riscos. A rentabilidade da carteira no mês
662 foi positiva e contribuiu para que, no acumulado do ano, fosse mantido o cumprimento da meta atuarial.
663 Esse resultado segue refletindo a consistência da estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos. É

importante destacar que o segmento de Investimentos no Exterior apresenta rentabilidade positiva no ano, porém ainda abaixo da meta atuarial. Todas as demais classes, até o momento, superam a meta atuarial. Frente aos desafios do cenário econômico atual, o Comitê segue atento e comprometido com a mitigação de riscos da carteira. Abaixo segue uma análise detalhada dos principais indicadores que permite observar o desempenho. RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL no mês de novembro de 2025: RENDIMENTO em novembro-2025 (em R\$): R\$ 5.640.087,37; RENDIMENTO em novembro-2025 (em %): 0,84%; META ATUARIAL em novembro-2025 (%): 0,57%; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL (%) EM NOVEMBRO-2025: 147,36%. RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ANUAL: RENDIMENTO ano (em R\$): R\$ 73.657.894,29; RENDIMENTO ano (em %): 12,20; META ATUARIAL ano (%): 8,88; RAZÃO: RENDIMENTO FINANCEIRO $\times$ META ATUARIAL ano (%): 137,38%; META GERENCIAL (IMA-B) (%): 12,82%; CDI (%): 12,94%; IBOVESPA (%): 32,25%; IBX-50 (%): 30,23%; IRFM1 (%): 13,45%; S&P 500 (%): 0,30%; MSCI ACWI (%): 2,91%. PERFORMANCE NOS ÚLTIMOS PERÍODOS: ATINGIMENTO DA META ATUARIAL: NOS ÚLTIMOS 3 MESES: 206,62%; NOS ÚLTIMOS 6 MESES: 201,52%; NOS ÚLTIMOS 12 MESES: 127,59%; NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 137,00%; NOS ÚLTIMOS 36 MESES: 116,15%; DO ANO EM CURSO: 137,38%; DESDE O INÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA: 65,66%; DESDE O INÍCIO DA RIOPRETOPREV: 89,30%. O Presidente do Colegiado, Adriano Antônio Pazianoto mostrou a análise de risco da carteira, constatando que todos os segmentos estão dentro dos limites de VaR (Value at Risk) estabelecidos na Política de Investimentos e atendendo, também, à Política de Riscos. Também mostrou, em relação a liquidez da carteira, que 28,34 % dos ativos são resgatáveis em até 30 dias, dentro do limite mínimo de 25%. Não havendo dúvidas, colocadas em votação, **restaram aprovadas, por unanimidade, as informações sobre os investimentos da entidade no mês de novembro de 2025.** Último item de pauta, o colegiado analisou as decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos nas reuniões ordinárias e extraordinárias do mês de dezembro/2025 (Interno nº 001/2026), a saber: Reunião ordinária do dia 09 de dezembro de 2025: 1) Aprovação da ata nº 254 de 10/11/2025; 2) Atendimento do Sr. Marcos Almeida da LDB Consultoria; 3) Análise dos relatórios do 3º trimestre 2025 dos FIPs BTG Economia Real II, BTG Infra III, KINEA IV, KINEA V, VCP IV e Pátria VII; 4) Deliberação, por unanimidade, pela utilização de recursos da conta corrente de benefícios da CEF, 000575270695-1, caso haja recursos disponíveis na data da integralização ou, se necessário, resgate da quantia necessária do fundo CAIXA BRASIL RF Ref DI LP, CNPJ: 03.737.206/0001-97 para integralização da 7ª Chamada de Capital do BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FIP MULTIESTRATEGLA, CNPJ 49.430.776/0001-30; Reunião extraordinária do dia 18 de dezembro de 2025: 1) Atendimento dos profissionais da Graphen Investimentos. Reunião ordinária do dia 19 de dezembro de 2025: 1) Aprovação da ata do Comitê de Investimentos nº 255 de 24/11/2025; 2) Aprovação, por unanimidade, das informações sobre Investimentos do mês 11/2025, com emissão de

703 *parecer favorável quanto à sua precisão e conformidade.* Sem discussões, **restaram referendadas as**
704 **decisões do Comitê de Investimentos tomadas no mês de dezembro de 2025.**
705 Encerrada a ordem do dia, o presidente Adriano Antônio Pazianoto informou que já se
706 encontra em andamento a Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2026. Esclareceu
707 que, na segunda quinzena de fevereiro, deverá ser apresentado um relatório preliminar, e
708 que, no mês de março, estão previstas duas reuniões com o atuário: uma para apresentação
709 técnica e outra para esclarecimento de dúvidas, culminando com uma terceira reunião para
710 apreciação e deliberação da Avaliação Atuarial 2026. Em seguida, franqueou a palavra aos
711 conselheiros para manifestações finais. A conselheira Silvana Aparecida da Rocha Delfino
712 questionou como será operacionalizado o procedimento para o servidor que optar por
713 contribuir sobre gratificações e cargos, com o objetivo de aumentar a média contributiva
714 para aposentadoria. Indagou, especificamente, como será feito o pedido, se o processo será
715 automático ou mediante requerimento formal do servidor, e quais serão os canais e etapas
716 para a formalização dessa opção. O Presidente, Adriano Antônio Pazianoto, esclareceu que,
717 nos casos em que o servidor optar pela contribuição previdenciária incidente sobre
718 gratificações ou parcelas remuneratórias, com o objetivo de elevação da média contributiva
719 para aposentadoria, a solicitação deverá ser feita junto ao ente de origem, uma vez que a
720 operacionalização do desconto compete ao órgão pagador. Informou que a RioPretoPrev
721 está em fase de desenvolvimento de uma ferramenta de simulação, inexistente atualmente
722 no mercado para RPPS, que permitirá ao servidor estimar o impacto da inclusão dessas
723 verbas na média de aposentadoria. O desenvolvimento está sendo realizado em conjunto
724 com a empresa responsável pelo sistema previdenciário, com expectativa de conclusão no
725 primeiro semestre, possibilitando simulações aproximadas com base nas informações
726 disponíveis no sistema. Ressaltou que, até a disponibilização dessa ferramenta, o papel da
727 RioPretoPrev será essencialmente informativo e orientador, não sendo possível, neste
728 momento, fornecer simulações individualizadas com precisão atuarial. Destacou ainda que
729 a reforma previdenciária introduziu novas alternativas de cálculo da média, como a
730 possibilidade de o servidor utilizar apenas as bases de contribuição correspondentes ao
731 tempo mínimo necessário para aposentadoria, descartando períodos com contribuições
732 menores, o que, em determinados casos, pode se mostrar mais vantajoso do que a
733 permanência em atividade por tempo adicional para aumento do percentual da média.
734 Esclareceu que a ferramenta em desenvolvimento terá caráter meramente estimativo, não
735 vinculante, uma vez que o cálculo definitivo dependerá das informações completas e
736 formalmente registradas no momento da concessão do benefício. Por fim, informou que o
737 aplicativo da RioPretoPrev passou por reformulações recentes, com melhorias na clareza
738 das informações aos segurados, e que a futura funcionalidade de simulação de média será
739 integrada a esse ambiente digital tão logo os algoritmos necessários estejam finalizados. A
740 Conselheira Adriana Ramabiolo Tonin pediu a palavra e relatou situação específica envolvendo
741 servidora da rede, destacando que, em razão do período de pandemia, houve congelamento de

742 contagem de tempo, por isso essa servidora não teve a sexta-parte concedida, mesmo tendo direito.
743 Informou que a servidora, diante de questões de saúde e do contexto pandêmico, foi
744 compelida a se aposentar antes, sem a sexta-parte que lhe era devida. Manifestou
745 preocupação com a situação, entendendo tratar-se de cenário injusto, e perguntou se, no
746 caso em questão, a solução possível seria a busca de medida judicial. O Diretor Técnico da
747 Autarquia, Wilclem de Lazari Araujo, respondeu esclarecendo que a análise do caso
748 depende da verificação do momento exato da aposentadoria em relação ao cumprimento
749 dos requisitos para a concessão da vantagem. Destacou que, em situações semelhantes, é
750 possível, em tese, a revisão administrativa do benefício, desde que haja retificação formal
751 das informações pelo ente de origem, responsável pela concessão das vantagens funcionais.
752 Ressaltou que a Autarquia concede as aposentadorias com base nas informações oficiais
753 encaminhadas pelo ente, não sendo de sua competência instituir ou reconhecer vantagens
754 que não tenham sido formalmente concedidas. Esclareceu, ainda, que, caso o ente de
755 origem reconheça posteriormente o direito à vantagem e retifique os dados encaminhados,
756 poderá ser avaliada a revisão do benefício. Contudo, há limitações legais quanto ao
757 pagamento de valores retroativos, o que restringe os efeitos financeiros dessa eventual
758 revisão. Wilclem de Lázari Araújo complementou esclarecendo que a eventual revisão
759 administrativa depende, necessariamente, de informação oficial retificada pelo ente de
760 origem. Ressaltou que, com frequência, segurados procuram diretamente a Autarquia para
761 revisão de situações relacionadas ao período de congelamento, sem que haja, previamente,
762 a devida atualização ou correção das informações pelo ente responsável. Destacou que,
763 nessas circunstâncias, a Autarquia fica impossibilitada de promover qualquer alteração, uma
764 vez que os benefícios são concedidos com base nas informações oficiais recebidas, como,
765 por exemplo, os dados constantes no último holerite anterior à aposentadoria. Assim, sem
766 nova comunicação formal do ente de origem, não é possível proceder à revisão pretendida.
767 A Conselheira Adriana Ramabiolo Tonin manifestou concordância com os esclarecimentos
768 prestados, destacando que, no caso relatado, há conhecimento prévio da situação
769 vivenciada pela servidora, especialmente quanto às dificuldades enfrentadas no período.
770 Ressaltou que, embora compreenda as limitações quanto ao pagamento retroativo, há
771 preferência pela solução administrativa em detrimento da via judicial. Na sequência,
772 questionou sobre o procedimento adequado, indagando se a servidora deveria formalizar
773 pedido de revisão junto ao setor de recursos humanos do ente de origem, a fim de
774 possibilitar eventual regularização da situação. O Diretor Técnico da Autarquia, Wilclem
775 de Lazari Araujo, orientou que, na ausência de informação oficial quanto à concessão da
776 vantagem sexta-parte, a interessada deve, inicialmente, buscar o reconhecimento junto ao
777 setor de recursos humanos do ente de origem. Esclareceu que, caso o ente reconheça
778 formalmente o direito à verba não incluída à época no holerite, deverá emitir documentação
779 comprobatória, retificando as informações anteriormente prestadas. Com base nessa
780 retificação oficial, a servidora poderá protocolar pedido junto à Autarquia, a fim de

possibilitar a análise de eventual revisão administrativa do benefício, a qual dependerá da avaliação da documentação apresentada. A Conselheira Adriana Ramabiolo Tonin agradeceu as orientações. O Presidente do Conselho Municipal de Previdência, Adriano Antonio Pazianoto, informou que, não havendo mais manifestações, colocava a palavra à disposição do Diretor-Superintendente para as considerações finais e encerramento da reunião. Cel. Miguel Elias Daffara agradeceu aos conselheiros e conselheiras pelo tempo dedicado à reunião, destacando o caráter de aprendizagem, transparência e amadurecimento institucional proporcionado pelos debates. Manifestou especial reconhecimento às contribuições de Silvana Aparecida da Rocha Delfino, Rosimere Desidério, Giuliano Cléber Coltro e Adriana Ramabiolo Tonin, ressaltando a relevância dos relatos apresentados, em especial a experiência compartilhada adquirida no congresso recentemente realizado. O Superintendente comentou que os debates nacionais sobre reformas previdenciárias, como o caso de Manaus amplamente divulgado pela imprensa, demonstram modelos que priorizaram majoritariamente a administração pública, enquanto, no âmbito da RioPretoPrev, buscou-se um equilíbrio entre os interesses do ente federativo e dos servidores, preservando direitos e sustentabilidade do regime. Destacou ainda a importância da qualificação contínua dos conselheiros, manifestando apoio ao modelo de curso modular de capacitação, por entender que o aprofundamento técnico é essencial para o enfrentamento de temas previdenciários complexos, como ficou evidenciado durante os debates ocorridos na Câmara Municipal. Informou que a Diretoria está avaliando instituições que possam oferecer a capacitação com qualidade técnica e custo adequado. Registrou, também, que as sugestões apresentadas quanto à elaboração de cartilhas e materiais informativos já integram o planejamento institucional, incluindo o desenvolvimento de um site mais didático e acessível, especialmente voltado aos aposentados e pensionistas, com ênfase na orientação sobre cadastramento e demais obrigações previdenciárias. Por fim, reiterou seu agradecimento ao Conselho Municipal de Previdência, destacando a importância do diálogo qualificado, da troca de experiências e da atuação conjunta em prol do fortalecimento, da transparência e da sustentabilidade da RioPretoPrev, encerrando sua manifestação com votos de continuidade dos trabalhos em alto nível técnico e institucional. Por fim, sem mais assuntos, eu, Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital*), lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli Vilela (assinatura *digital*). Ata aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 16/04/2026 (reunião ordinária de abril de 2026). *Assinaturas Digitais na margem do termo.*

Nota de Correção: A reunião foi realizada em 22/01/2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 91B1-147B-1E1A-B378

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MÁRIO JOSÉ PICCARELLI DE CASTRO** (CPF 219.XXX.XXX-01) em 17/04/2026 11:29:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **TERESA CRISTINA SICOLI VILELA** (CPF 080.XXX.XXX-32) em 17/04/2026 11:37:45 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **GIULIANO CLEBER COLTRO** (CPF 213.XXX.XXX-59) em 17/04/2026 13:51:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ADRIANA RAMBAIOLO TONIN** (CPF 070.XXX.XXX-79) em 18/04/2026 08:10:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO** (CPF 161.XXX.XXX-36) em 18/04/2026 19:03:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ESTEVAN PIETRO** (CPF 348.XXX.XXX-48) em 19/04/2026 16:36:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **ADRIANO ANTONIO PAZIANOTO** (CPF 327.XXX.XXX-48) em 22/04/2026 09:17:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/91B1-147B-1E1A-B378>